



Simulado Especial

**PM SE**

**Oficial Combatente - Pós-Edital**

# Simulado

Simulado Especial PM-SE (Oficial Combatente)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Oficial Combatente da PM-SE**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/i3xudGw5qaRWzTtD9>

01 - (A)(B)(C)(D)	13 - (A)(B)(C)(D)	25 - (A)(B)(C)(D)	37 - (A)(B)(C)(D)	49 - (A)(B)(C)(D)
02 - (A)(B)(C)(D)	14 - (A)(B)(C)(D)	26 - (A)(B)(C)(D)	38 - (A)(B)(C)(D)	50 - (A)(B)(C)(D)
03 - (A)(B)(C)(D)	15 - (A)(B)(C)(D)	27 - (A)(B)(C)(D)	39 - (A)(B)(C)(D)	51 - (A)(B)(C)(D)
04 - (A)(B)(C)(D)	16 - (A)(B)(C)(D)	28 - (A)(B)(C)(D)	40 - (A)(B)(C)(D)	52 - (A)(B)(C)(D)
05 - (A)(B)(C)(D)	17 - (A)(B)(C)(D)	29 - (A)(B)(C)(D)	41 - (A)(B)(C)(D)	53 - (A)(B)(C)(D)
06 - (A)(B)(C)(D)	18 - (A)(B)(C)(D)	30 - (A)(B)(C)(D)	42 - (A)(B)(C)(D)	54 - (A)(B)(C)(D)
07 - (A)(B)(C)(D)	19 - (A)(B)(C)(D)	31 - (A)(B)(C)(D)	43 - (A)(B)(C)(D)	55 - (A)(B)(C)(D)
08 - (A)(B)(C)(D)	20 - (A)(B)(C)(D)	32 - (A)(B)(C)(D)	44 - (A)(B)(C)(D)	56 - (A)(B)(C)(D)
09 - (A)(B)(C)(D)	21 - (A)(B)(C)(D)	33 - (A)(B)(C)(D)	45 - (A)(B)(C)(D)	57 - (A)(B)(C)(D)
10 - (A)(B)(C)(D)	22 - (A)(B)(C)(D)	34 - (A)(B)(C)(D)	46 - (A)(B)(C)(D)	58 - (A)(B)(C)(D)
11 - (A)(B)(C)(D)	23 - (A)(B)(C)(D)	35 - (A)(B)(C)(D)	47 - (A)(B)(C)(D)	59 - (A)(B)(C)(D)
12 - (A)(B)(C)(D)	24 - (A)(B)(C)(D)	36 - (A)(B)(C)(D)	48 - (A)(B)(C)(D)	60 - (A)(B)(C)(D)

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/a6DL>

**DIREITO CONSTITUCIONAL***Adriane Fauth*

**01.** Caio, estudante de Direito, realizou intensas reflexões acerca da eficácia do art. 5º XXXII, da Constituição Federal, segundo o qual “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.” A respeito da norma obtida a partir desse comando, quanto ao grau de eficácia, classifica-se como de eficácia:

- a) limitada de princípio institutivo.
- b) plena.
- c) limitada de princípio programático.
- d) contida.

**02.** No Brasil, a possibilidade de os Estados-membros criarem as suas próprias Constituições Estaduais, é conhecido como poder constituinte:

- a) originário.
- b) derivado reformador.
- c) derivado revisor.
- d) derivado decorrente.

**03.** Acerca dos direitos e garantias fundamentais, assinale a assertiva correta.

- a) A divulgação indevida da imagem de uma pessoa apenas será indenizável caso haja ofensa a sua reputação.
- b) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- c) a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio definitivo para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.
- d) Em situações excepcionais devidamente justificadas pela relevância e urgência, a lei poderá limitar a apreciação do Poder Judiciário em relação à lesão ou ameaça a direito.

**04.** Soldado Geraldo da Cruz, policial militar da ativa, com 32 anos, ingressou na atividade militar aos 21 anos e pretende se candidatar ao cargo eletivo de deputado federal nas próximas eleições gerais. Com base na Constituição Federal e considerando as informações fornecidas, assinale a alternativa correta:

- a) O soldado poderá se candidatar ao referido cargo eletivo e ficará agregado a autoridade superior e se eleito, passará no ato da diplomação para a inatividade.
- b) O soldado não poderá se candidatar pois não possui idade mínima para disputar o referido cargo.
- c) O soldado não poderá se candidatar, pois aos militares é vedada a filiação partidária enquanto em serviço ativo.
- d) O soldado poderá se candidatar ao referido cargo eletivo, desde que se afaste da atividade.

**05.** O presidente da República, com o objetivo de conter o crescimento da despesa pública, consultou sua assessoria a respeito do procedimento a ser observado para se extinguir determinado quantitativo de cargos, bem como se poderia delegar essa competência. Foi corretamente informado ao chefe do Poder Executivo que os cargos.

- a) podem ser extintos por decreto e, em se tratando de cargos ocupados, os servidores serão postos em disponibilidade; podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- b) ocupados só podem ser extintos na forma da lei; podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- c) em obediência ao princípio da paridade das formas, somente podem ser extintos por lei;
- d) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos, podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.

**06.** Considerando o texto constitucional de 1988, quanto às funções essenciais à justiça, analise os itens abaixo:

- I. Lei ordinária organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.
- II. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- III. A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos e menores de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Analise os itens acima e assinale:

- a) se somente o item I estiver correto.
- b) se somente o item II estiver correto.
- c) se somente o item III estiver correto.
- d) se somente os itens I e II estiverem corretos.

**07.** A respeito da Segurança Pública e sua organização, assinale a alternativa incorreta:

- a) A Polícia Federal destina-se a prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.
- b) Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.
- c) As polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto dos militares.
- d) O Governo Federal é o responsável pela criação da guarda municipal para a proteção de bens, serviços e instalações.

**DIREITO PENAL MILITAR***Antônio Pequeno*

**08.** Acerca da Ação Penal e da Extinção da punibilidade, prevista no Decreto-Lei nº 1.001, de 21.10.1969 e alterações posteriores, é correto afirmar:

- a) A ação penal somente pode ser promovida por denúncia do Ministério Público.
- b) Caso o crime do militar tenha sido enquadrado no Art. 136 do CPM “Praticar o militar ato de hostilidade contra país estrangeiro, expondo o Brasil a perigo de guerra” a ação penal depende da requisição do Ministério da Justiça.
- c) Começa a correr a prescrição: enquanto não resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime.
- d) a morte do agente implica na extinção da punibilidade em decorrência da prescrição.

**09.** Acerca da imputabilidade penal militar, disposta no Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001, de 21.10.1969 e alterações posteriores) “Art. 48. Não é imputável quem, no momento da ação ou da omissão, não possui a capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, em virtude de doença mental, de desenvolvimento mental incompleto ou retardado”. Na linha de raciocínio desse tema, marque a alternativa correta.

- a) Se a doença ou a deficiência mental não suprime, mas diminui consideravelmente a capacidade de entendimento da ilicitude do fato ou a de autodeterminação, fica excluída a imputabilidade, mas a pena pode ser atenuada, e se o condenado necessita de especial tratamento curativo, a pena privativa de liberdade pode ser substituída pela internação em estabelecimento psiquiátrico anexo ao manicômio judiciário ou ao estabelecimento penal, ou em seção especial de um ou de outro.
- b) A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente por embriaguez proveniente de caso

fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

- c) O menor de dezoito anos é imputável, inclusive se, já tendo completado dezesseis anos, revela suficiente desenvolvimento psíquico para entender o caráter ilícito do fato e determinar-se de acordo com este entendimento. Neste caso, a pena aplicável é diminuída de um terço até a metade.
- d) Os alunos de colégios ou outros estabelecimentos de ensino, sob direção e disciplina militares, que já tenham completado dezesseis anos equiparam-se aos maiores de dezoito anos, ainda que não tenham atingido essa idade

**10.** O Sargento Pedro juntou-se ao Soldado Alex, ao Soldado Epaminondas e ao Tenente Capistrano para a prática de crime militar. O Sargento Pedro planejou e dirigiu a atividade dos demais militares. O Soldado Alex ingressou no crime mediante paga. A participação do Soldado Epaminondas era a de ajustar os relógios para que os outros praticassem o crime de autoria coletiva necessária. Dada a situação hipotética acima, marque a alternativa incorreta nos termos do CPM que trata do concurso de agentes:

- a) A punibilidade de qualquer dos concorrentes é independente da dos outros, determinando-se segundo a sua própria culpabilidade. Não se comunicam, outrossim, as condições ou circunstâncias de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.
- b) O soldado Alex não terá pena agravada.
- c) A pena do soldado Epaminondas é atenuada dada a somenos importância de sua participação.
- d) O tenente Capistrano é considerado cabeça dada a sua condição de oficial.

**11.** Acerca do crime militar em tempo de guerra, podemos afirmar:

- a) A suspensão condicional da pena se aplica ao condenado por crime cometido em tempo de guerra.
- b) Por crime militar praticado em tempo de guerra poderá o civil ficar sujeito a cumprir a pena, no todo ou em parte em penitenciária militar, se, em benefício da segurança nacional, assim o determinar a sentença.
- c) Aos crimes praticados em tempo de guerra, salvo disposição especial, aplicam-se as penas cominadas para o tempo de paz, com o aumento de dois terços.
- d) O tempo de guerra, para os efeitos da aplicação da lei penal militar, começa com a declaração ou o reconhecimento do estado de guerra, ou com o decreto de mobilização ainda se nele não estiver compreendido aquele reconhecimento e termina quando ordenada a cessação das hostilidades.

**12.** Rodolfo, Sargento da Polícia Militar do Estado Alfa, estando de folga e à paisana, estacionou seu veículo em frente a uma farmácia, numa zona reconhecidamente perigosa, a fim de comprar alguns medicamentos. Contudo, deixou a arma de fogo pertencente à carga da Polícia Militar embaixo do banco do carro e nem mesmo trancou a porta do veículo ao sair. Passados 20 minutos, no interior do estabelecimento, o militar retornou ao veículo e seguiu normalmente até sua residência. Ao procurar a arma, verificou que ela não estava no local em que a deixara, e presumiu que alguém teria ingressado no carro e a subtraído.

Diante desse contexto e à luz do Código Penal Militar, considerando que Rodolfo possuía autorização da autoridade superior para portar o armamento, assinale a opção que aponta o tipo penal em que, em tese, o policial militar estaria incurso.

- a) Concussão.
- b) Corrupção passiva.
- c) Peculato culposo.
- d) Prevaricação.

**13.** Carol e Eduardo, casados e ambos soldados da Polícia Militar, agiram em conluio, através de conversas, no horário de expediente, com superiores na administração militar, para que sua filha fosse nomeada para ocupar cargo em comissão no setor administrativo da PM. Nesse caso, é possível afirmar que:

- a) Não houve prática criminosa sob o ponto de vista militar.
- b) Há indícios de cometimento do crime de prevaricação, previsto tanto no Código Penal como no Código Penal Militar.
- c) Carol e Eduardo deverão ser responsabilizados pelo crime de condescendência criminosa, previsto no Código Penal Militar.
- d) Carol e Eduardo responderão pelo crime de patrocínio indébito, previsto no Código Penal Militar.

**14.** Sobre o crime de concussão, previsto no art.305 do Código Penal Militar, marque a alternativa incorreta:

- a) O crime de concussão não pode ser praticado na forma culposa
- b) A conduta do crime de concussão é trazida pelo verbo solicitar
- c) O crime de concussão é punido com a pena de reclusão, de dois anos a oito anos
- d) O crime de concussão para se consumar não é necessário que o sujeito ativo obtenha a vantagem indevida.

**DIREITO PENAL***Ivo Martins*

**15.** Tendo em vista os princípios constitucionais aplicáveis ao Direito Penal, assinale a alternativa correta.

- a) Tendo em vista o princípio da reserva legal, que é uma vertente do princípio da legalidade, medida provisória, lei complementar, leis delegadas, resoluções e decretos não podem tratar de temática penal.
- b) O princípio da intranscendência da pena veda que o tempo total de cumprimento das penas privativas de liberdade ultrapasse 40 anos.
- c) O princípio da dignidade da pessoa humana, no âmbito penal, implica vedação de tratamento degradante e cruel, servindo de fundamento, na jurisprudência, à concessão de prisão domiciliar a preso em estado terminal.
- d) O princípio da insignificância implica na exclusão da tipicidade formal, diante da lesão ou risco de lesão irrelevante ao bem jurídico tutelado.

**16.** No dia 23/02/2021, Marcos praticou um crime, tipificado na Lei A, cuja pena prevista era de 5 (cinco) a 9 (nove) anos de reclusão. No dia 27/06/2021 entrou em vigência a Lei B, que estabeleceu para o mesmo crime a pena de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de reclusão. Entretanto, no dia 28/11/2021 entrou em vigência a Lei C, que estabeleceu para o mesmo crime a pena de 7 (sete) a 10 (dez) anos de reclusão. Nesse caso, ao prolatar a sentença condenatória no dia 21/01/2022, o juiz deveria aplicar a

- a) Lei A, visto que ela possui ultratividade penal.
- b) Lei B, visto que ela possui retroatividade e ultratividade penal.
- c) Lei C, face ao princípio tempus regit actum.
- d) Lei A, visto que ela estava em vigência na data do crime.

**17.** Sobre o conceito analítico de crime, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A tipicidade ocorre quando há correspondência entre a conduta concreta examinada e a descrição legal de crime (tipo penal).
- b) Se uma conduta típica ocorre em estado de necessidade, legítima defesa, exercício regular de direito ou estrito cumprimento do dever legal ela é justificada, razão pela qual não é contrária ao ordenamento jurídico como um todo.
- c) A culpabilidade se caracteriza quando o sujeito for imputável, tiver ao menos potencial consciência da ilicitude de sua conduta e puder agir em conformidade com o direito.
- d) Uma pessoa com menos de 18 anos é inimputável e, se ela praticar uma conduta típica e não justificada, seu comportamento será considerado no máximo como ilícito de natureza cível, mas não penal.

**18.** João, no dia 14 de novembro de 2023, ingressou em um estabelecimento comercial e, mediante o emprego de uma arma de fogo, subtraiu o numerário existente no caixa, evadindo-se na sequência. Durante o processo penal, foi juntado, aos autos, um laudo pericial, em observância às formalidades legais, demonstrando que, à época dos fatos, João, em razão de uma determinada doença mental, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito da conduta que praticou.

Considerando as disposições do Código Penal e os entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, João será absolvido:

- a) em razão da inimputabilidade penal do acusado, excludente de punibilidade;
- b) em razão da inimputabilidade penal do acusado, excludente de culpabilidade;
- c) em razão da inimputabilidade penal do acusado, excludente de tipicidade;
- d) em razão da inimputabilidade penal do acusado, excludente de ilicitude;

**19.** Sobre os crimes contra a pessoa, assinale a alternativa correta.

- a) O crime de homicídio é justificado se houve relevante valor moral ou social, ou se agiu o autor sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima.
- b) Qualifica o homicídio quando o crime é cometido contra cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau de militar (art. 142, da Constituição Federal) ou de membro das forças de segurança pública (art. 144, da Constituição Federal), em razão dessa condição.
- c) O homicídio doloso que tenha por vítima pessoa do sexo feminino é designado feminicídio.
- d) O homicídio doloso que tenha por vítima criança ou adolescente é designado como infanticídio.

**20.** Maria, menor de 13 anos de idade, manteve, consensualmente, relação sexual com seu namorado, José, de 18 anos de idade.

Nesse caso, de acordo com o Código Penal, é correto afirmar que

- a) o consentimento de Maria exclui a ilicitude da conduta de José e, portanto, não há de se falar em crime de estupro de vulnerável.
- b) a conduta de José somente seria qualificada como crime de estupro de vulnerável caso Maria não tivesse mantido relações sexuais prévias com outra pessoa antes da relação sexual com José.
- c) José cometeu estupro de vulnerável, independentemente do consentimento da vítima ou de Maria já ter tido relações sexuais prévias com outra pessoa.
- d) o crime de estupro de vulnerável somente ocorre quando há violência ou grave ameaça contra a vítima.

**21.** O particular que oferece vantagem indevida a funcionário público para determiná-lo a praticar ato de ofício comete o crime de

- a) corrupção passiva, previsto no art. 317 do Código Penal.
- b) condescendência criminosa, previsto no art. 320 do Código Penal.
- c) advocacia administrativa, previsto no art. 321 do Código Penal.
- d) corrupção ativa, previsto no art. 333 do Código Penal.

### **DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR**

*Antônio Pequeno*

**22.** Sobre a lei processual penal militar e sua aplicação, preencha as lacunas corretamente e assinale a alternativa correspondente em conformidade com o Código de Processo Penal Militar. É admitida a interpretação \_\_\_\_\_ ou a interpretação \_\_\_\_\_ da lei processual penal militar quando for manifesto, no primeiro caso, que a expressão da lei é mais estrita e, no segundo, que é mais ampla, do que sua intenção, sendo inadmissível, porém, qualquer dessas interpretações quando cercear a defesa pessoal do acusado.

- a) extensiva / restritiva
- b) literal / estrita
- c) restritiva / extensiva
- d) estrita / sistemática

**23.** No que concerne à polícia judiciária militar e ao inquérito policial militar (IPM), assinale a opção correta.

- a) Convencida da inexistência de crime, a autoridade policial militar ordenará o arquivamento de IPM desde que ausentes quaisquer diligências sujeitas à autorização ou à comunicação atividade, cometer infração judicial no caderno de investigação.
- b) É vedada a participação de advogado nas diligências probatórias da fase policial, salvo nos IPM que versem sobre crimes dolosos contra a vida.
- c) A instauração de IPM é feita por meio de portaria, exigindo-se da autoridade responsável o grau de bacharel em direito.
- d) A sindicância suficientemente instruída poderá substituir o IPM quando da proposição de denúncia pelo Ministério Público.

**24.** No que concerne à ação penal militar, é correto afirmar que:

- a) há previsão, no Código de Processo Penal Militar, de ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça ou do Ministro da Defesa.
- b) para o Código de Processo Penal Militar, a ação penal militar será sempre pública e incondicionada.
- c) há previsão, no Código de Processo Penal Militar, de ação penal pública condicionada à representação do ofendido.
- d) o Código de Processo Penal Militar proíbe a possibilidade de ação penal pública condicionada.

**25.** De acordo com o Decreto-Lei de 1.002 de 21 de outubro de 1969 (Código de Processo Penal Militar), assinale a alternativa CORRETA.

- a) Prisão provisória é a que ocorre somente durante o inquérito, antes da condenação definitiva.
- b) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem verbal de autoridade.
- c) A prisão ou detenção de qualquer pessoa será imediatamente levada ao conhecimento da autoridade judiciária competente, com a declaração do local onde a mesma se acha sob custódia e se está, ou não, incomunicável.
- d) A prisão de militar deverá ser feita por outro militar de posto ou graduação superior; ou, se igual, mais moderno.

**26.** O Decreto-Lei de 1.002 de 21 de outubro de 1969 (Código de Processo Penal Militar), trata da prisão preventiva, sob esse aspecto, a prisão preventiva, além dos requisitos do artigo 254 do mesmo código, deverá fundar-se em um dos seguintes casos, EXCETO

- a) garantia da ordem pública.
- b) conveniência da instrução criminal.
- c) periculosidade do indiciado ou acusado.
- d) segurança da aplicação da lei penal comum ou militar.

**27.** Ante o que dispõe o Código de Processo Penal Militar e suas alterações, assinale a alternativa que não pode ser considerada flagrante em delito.

- a) acaba de cometer o crime
- b) está cometendo o crime
- c) é encontrado, antes da prática delituosa, com instrumentos, objetos, material ou papéis que façam presumir a sua futura participação nela
- d) nas infrações permanentes, estiver praticando a conduta durante o período de permanência

**28.** Acerca das “medidas preventivas e assecuratórias”, previstas no Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.002/1969 e alterações) incidentes sobre coisas ou pessoas, é CORRETO afirmar que

- a) a busca poderá ser domiciliar ou pessoal.
- b) a busca domiciliar mesmo sem consentimento expresso do morador, poderá ser realizada à noite.
- c) a revista depende de mandado quando feita no ato da captura de pessoa que deve ser presa.
- d) finda a diligência, lavrar-se-á auto circunstanciado da busca e apreensão, assinado por três testemunhas, com declaração do lugar, dia e hora em que se realizou, com citação das pessoas que a sofreram e das que nelas tomaram parte ou as tenham assistido, com as respectivas identidades, bem como de todos os incidentes ocorridos durante a sua execução.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

*Priscila Silveira*

**29.** Acerca do Inquérito Policial, marque a alternativa correta.

- a) O investigado terá a possibilidade de opor suspeição às autoridades policiais nos autos do Inquérito e, quando ocorrer motivo legal, elas deverão declarar-se suspeitas.
- b) O Inquérito Policial tem a finalidade de que a autoridade policial possa propor a correspondente ação penal em juízo.
- c) O conhecimento pela autoridade policial acerca do crime terá a nomenclatura de *notitia criminis*, que poderá ser de cognição imediata, mediata ou coercitiva.
- d) O contraditório é admitido em todos os casos, pois se trata de procedimento em que existe acusação e defesa.

**30.** Em relação ao tema ação penal, segundo o Código de Processo Penal (CPP, art. 24 a 42) assinale a alternativa correta.

- a) Nos crimes de ação pública condicionada, esta será promovida por queixa do ofendido.
- b) Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, dependerá de requisição do órgão ofendido.
- c) A representação será retratável a qualquer momento.
- d) Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público.

**31.** Referente ao tema jurisdição e competência, assinale a alternativa correta.

- a) Não sendo conhecido o lugar da infração, o Juiz que primeiramente tomar conhecimento do fato será competente.
- b) Nos casos de exclusiva ação pública, o Ministério Público poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.
- c) Ocorre a continência quando, existindo duas ou mais infrações, tiverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas, umas contra as outras.
- d) Ocorre a conexão quando a prova de uma infração, ou de qualquer de suas circunstâncias elementares, influir na prova de outra infração.

**32.** Em relação ao reconhecimento de pessoas e coisas e a acareação, analise os itens a seguir, indicando a assertiva correta, nos termos do Código de Processo Penal.

- a) A busca pessoal dependerá de mandado, no caso de prisão, ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar.
- b) A busca em mulher será feita sempre por outra mulher, sem qualquer exceção.
- c) A acareação será admitida entre acusados, entre acusado e testemunha, entre testemunhas, entre acusado ou testemunha e a pessoa ofendida, e entre as pessoas ofendidas, sempre que divergirem, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes.
- d) Os acareados serão reperguntados, para que expliquem os pontos sem divergências, reduzindo-se a termo o ato de acareação.

**33.** De acordo com o flagrante delito, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Considera-se flagrante delito quando o agente está cometendo o crime.
- b) Considera-se flagrante delito quando o agente acaba de cometer o crime.
- c) Considera-se flagrante delito quando o agente, logo depois, é encontrado com armas ou instrumentos que fazem presumir ser ele o autor do delito.
- d) Considera-se flagrante delito quando o agente é perseguido, logo após, pela autoridade policial em situação que faça presumir ser autor da infração. Porém, essa perseguição não poderia ser feita por qualquer pessoa do povo.

**34.** Sobre a prisão temporária, é correto afirmar:

- a) é admissível durante a fase judicial.
- b) está prevista no Código de Processo Penal, assim como as demais modalidades de prisão.
- c) não possui prazo pré-definido, durando enquanto a situação justificar sua manutenção.
- d) nenhuma das anteriores.

**35.** Em relação ao tema *habeas corpus*, a coação considerar-se-á ilegal, exceto:

- a) quando não houver justa causa.
- b) quando alguém estiver preso por mais tempo do que determina a lei.
- c) quando quem ordenar a coação não tiver competência para fazê-lo.
- d) quando não for alguém admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei não autoriza.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

*Herbert Almeida*

**36.** O princípio da administração pública que exige a publicação em órgãos oficiais como requisito de eficácia dos atos administrativos é denominado como o princípio da:

- a) moralidade.
- b) publicidade.
- c) impessoalidade.
- d) supremacia do interesse público.

**37.** As autarquias federais devem ser criadas por

- a) lei complementar específica, em regra, e com personalidade jurídica de direito público.
- b) decreto da entidade federal à qual estejam vinculadas, podendo ter personalidade jurídica de direito privado caso exerçam alguma atividade econômica.
- c) lei específica, e sua personalidade jurídica, que poderá ser de direito público ou privado, deve ser definida em decreto regulamentar.
- d) lei específica, sempre com personalidade jurídica de direito público.

**38.** De acordo com a Lei nº 8.987/1995 – Lei Geral de Concessões, serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade e continuidade, dentre outros. Contudo, não se caracteriza como descontinuidade a interrupção do serviço:

- a) em situação de emergência, quando motivada por razões de segurança das instalações.
- b) sem aviso prévio, a critério do agente responsável.
- c) considerado o interesse da coletividade, mesmo para usuários adimplentes.
- d) quando o serviço estiver sendo prestado com segurança.

**39.** Acerca dos poderes administrativos, assinale a opção correta:

- a) o poder de polícia administrativa incide sobre bens, direitos, atividades e pessoas envolvidas em ilícitos penais.
- b) os atos administrativos decorrentes do poder de polícia, em regra, gozam dos atributos da autoexecutoriedade e coercibilidade.
- c) o poder disciplinar é o de que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos e rever a atuação de seus agentes.
- d) o poder normativo conferido à administração autoriza o administrador a publicar leis e atos normativos primários.

**40.** Com base no disposto no §6º do art. 37 da Constituição Federal de 1988, analise as alternativas abaixo e assinale a correta:

- a) a responsabilidade civil do Estado é sempre subjetiva, exigindo prova de dolo ou culpa para que haja a obrigação de indenizar o terceiro lesado.
- b) no caso de responsabilidade objetiva, o Estado só responderá pelos danos causados por agentes públicos que ocupem cargos efetivos ou comissionados.
- c) o Estado somente poderá ingressar com ação de regresso contra o agente público se ficar comprovado que este agiu com dolo ou culpa, e desde que o Estado tenha sido condenado a reparar o dano.
- d) a responsabilidade civil objetiva do Estado é aplicável exclusivamente aos danos causados por atos praticados por agentes públicos no exercício da função pública, excluindo atos de particulares que prestam serviços públicos.

**41.** Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a autoridade competente pode exigir, mediante previsão no edital, a prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos. Sobre as modalidades de garantia previstas na Lei de Licitações, analise as alternativas abaixo e assinale a correta:

- a) o seguro-garantia é a única modalidade que pode ser utilizada para garantir a execução contratual de obras públicas, sendo as demais restritas a serviços e fornecimentos.
- b) o título de capitalização custeado por pagamento único pode ser utilizado como garantia, desde que permita o resgate pelo valor total.
- c) as cauções em dinheiro ou em títulos da dívida pública devem ser emitidas exclusivamente por instituições financeiras privadas, devidamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil.
- d) a fiança bancária, como modalidade de garantia, é válida somente para contratos com valores inferiores a R\$ 10 milhões.

**42.** Os bens públicos podem ser de uso comum, de uso especial ou dominicais. Acerca das características dos bens públicos dominicais, assinale a opção correta:

- a) são aqueles que não possuem uma finalidade pública específica.
- b) podem ser utilizados por todas as pessoas em igualdade de condições, independentemente de autorização individualizada concedida pelo Poder Público.
- c) são aqueles utilizados na prestação de serviços pela Administração ou para a realização dos serviços administrativos.
- d) são aqueles que compõem o aparato estatal, a exemplo das escolas públicas e dos veículos oficiais.

### **LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE**

*Antônio Pequeno*

**43.** Conforme a Lei n.º 8.072/1990, é considerado hediondo o crime de

- a) favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de mulheres.
- b) infanticídio.
- c) extorsão qualificada por qualquer resultado.
- d) lavagem de dinheiro.

**44.** Conforme a Lei n.º 9455/1997, marque a alternativa incorreta:

- a) Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.
- b) Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos
- c) Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de quatro a dez

anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos.

- d) A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo triplo do prazo da pena aplicada.

**45.** De acordo com a Lei n.º 8069/1990, são medidas socioeducativas, exceto:

- a) Advertência
- b) Obrigação de reparar o dano
- c) Internação
- d) reclusão

**46.** Ainda em relação às disposições da Lei de Drogas (Lei n.º 11.343/2006), assinale a opção correta.

- a) Independentemente da infração penal praticada, será isento de pena o agente que, em razão da dependência de droga, tenha sido, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) É vedada a concessão de livramento condicional aos crimes previstos na lei em questão.
- c) Os crimes de posse de drogas para consumo pessoal e de associação para o tráfico são insuscetíveis de indulto.
- d) Diante do rigor normativo para os crimes envolvendo o comércio de drogas, não se admite redução de pena para o acusado, ainda que ele colabore voluntariamente na identificação de outros envolvidos e na recuperação do produto do crime.

**47.** Segundo as disposições da Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006), caracterizada a situação de violência física contra a mulher e comprovado grave risco à sua vida, o agressor será afastado do lar, domicílio ou local de convivência por determinação

- a) da autoridade judicial, com exclusividade.
- b) da autoridade judicial ou do promotor de justiça, com exclusividade.
- c) do policial, quando o município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.
- d) do delegado de polícia, quando o município for sede de comarca.

### **CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE O ESTADO DE SERGIPE**

*Sérgio Henrique*

#### **48.** Região Metropolitana de Aracaju

Sobre a criação da Região Metropolitana de Aracaju conforme a legislação estadual, qual é o principal objetivo dessa região?

- a) Promover o desenvolvimento econômico através da industrialização.
- b) Integrar ações de planejamento e execução de funções públicas de interesse comum.
- c) Expandir o território de Aracaju para incluir mais municípios.
- d) Criar projetos de interesse comum e fazer a gestão territorial da Grande Aracaju.

#### **49.** Transferência da capital em 1855

Qual foi o principal motivo para a transferência da capital de Sergipe de São Cristóvão para Aracaju em 1855?

- a) A necessidade de um porto que facilitasse o escoamento da produção agrícola.

- b) A decisão do governo imperial de centralizar o poder no Nordeste com a emancipação de Sergipe.
- c) A Revolta de Santo Amaro pela transferência da capital liderada pela elite canavieira do litoral.
- d) A presença de recursos minerais significativos na região de Aracaju e era necessário centralizar a administração.

#### **50.** Atividades econômicas fundadoras

Quais são as principais atividades econômicas fundadoras do estado de Sergipe?

- a) Mineração e pecuária.
- b) Agricultura de subsistência e pesca.
- c) Pecuária e cultivo de tabaco.
- d) Cana de Açúcar e pecuária, respectivamente.

#### **51.** As desigualdades em Sergipe

Considerando os fatores que contribuem para a desigualdade socioeconômica em Sergipe, como as características geográficas e econômicas do estado influenciam essas disparidades?

- a) A concentração de atividades econômicas na capital Aracaju e a falta de diversificação econômica nas cidades do interior são responsáveis por disparidades significativas em termos de renda e acesso a serviços básicos.
- b) A geografia do estado, com sua proximidade ao litoral e clima favorável, tem proporcionado uma distribuição de recursos e oportunidades econômicas em todas as regiões em razão da atividade de mineração de petróleo e potássio.
- c) A infraestrutura de transporte avançada e a conectividade digital têm reduzido as desigualdades regionais, promovendo um desenvolvimento econômico uniforme em Sergipe.
- d) As políticas públicas focadas na agricultura familiar e na preservação ambiental têm sido eficazes na redução das desigualdades, especialmente nas áreas rurais do sertão sergipano.

**52. Os indígenas em Sergipe**

Qual é a localização geográfica atual dos indígenas Fulkaxó e como essa localização influencia suas práticas culturais?

- a) Os Fulkaxó estão localizados na região costeira de Sergipe, o que permite uma cultura fortemente baseada na pesca.
- b) Eles habitam áreas urbanas de Aracaju, integrando-se principalmente através de atividades etnoturísticas.
- c) Os Fulkaxó vivem em Pacatuba e são os Kariri, Xokó e Fulniô. Em 2024 foi criada uma reserva Fulcaxó.
- d) A comunidade Fulkaxó reside em áreas de fronteira com a Bahia, influenciando sua cultura com elementos baianos. Em 2024 foi criada uma reserva Fulkaxó, a única de Sergipe.

**53. Patrimônio Cultural, São Cristóvão.**

A cidade de São Cristóvão, em Sergipe, é reconhecida por seu valor histórico e cultural, sendo parte do Patrimônio Mundial da UNESCO. Qual é a importância da Praça São Francisco nesse contexto e quais elementos contribuem para esse reconhecimento?

- a) A Praça São Francisco é um exemplo de arquitetura barroca, destacando-se por suas linhas arrojadas e materiais inovadores utilizados na sua construção.
- b) A praça é um testemunho da fusão das influências das legislações e práticas espanholas e portuguesas durante o período colonial, com edifícios religiosos e administrativos que refletem essa herança.
- c) A Praça São Francisco é famosa por suas esculturas francesas, que atraem turistas e estudiosos de arte moderna de todo o mundo.
- d) O reconhecimento se deve principalmente à presença de um complexo industrial histórico que impulsionou a economia local no século XIX.

**54. A emancipação de Sergipe**

Quais foram os motivos principais que levaram à emancipação política de Sergipe em 1820?

- a) A pressão econômica das exportações de açúcar e algodão que exigiam maior autonomia administrativa.
- b) No contexto de retorno da família real para Portugal Dom João VI pretendia manter o controle sobre a foz do São Francisco.
- c) A influência de ideias republicanas vindas da Europa que inspiraram movimentos locais.
- d) A necessidade de criar uma província que fosse mais fiel a coroa portuguesa, como o primeiro presidente Carlos César Burlamaqui.

**55. A Revolta de Fausto Cardoso**

A Revolta de Fausto Cardoso, ocorrida em 1906, é um evento marcante na história política de Sergipe.

Quais foram os fatores e acontecimentos que motivaram essa revolta, e quais foram suas principais consequências?

- a) A revolta foi motivada pela insatisfação com as políticas fiscais do governo federal, que aumentaram os impostos sobre a produção de açúcar, e resultou na independência temporária de Sergipe até 1908.
- b) Foi desencadeada pela oposição ao longo domínio da Oligarquia Olimpista, com o objetivo de derrubar o governo e instaurar o Partido Progressista no poder, culminando na tomada do Palácio do Governo em 10 de agosto de 1906.
- c) A revolta surgiu devido à pressão internacional para reformas sociais, levando à abolição imediata do trabalho infantil em Sergipe.
- d) A insatisfação com a falta de infraestrutura educacional no estado levou à revolta, que resultou na construção de diversas escolas públicas até 1910.

**LEGISLAÇÃO PM-SE***Fábio Ramos*

**56.** De acordo com o Estatuto dos Policiais Militares de Sergipe nos termos da Lei Estadual nº 2.066, de 23/12/1976, sobre a situação dos policiais militares, é correto afirmar que:

- a) Encontram-se na atividade, na reserva remunerada, quando pertencem à reserva da Corporação e percebem a remuneração do Estado, porém sujeitos, ainda, à prestação de serviço na ativa, mediante convocação.
- b) Encontram-se na inatividade, na reserva remunerada, quando pertencem à reserva da Corporação e percebem a remuneração do Estado, porém sujeitos, ainda, à prestação de serviço na ativa, mediante convocação.
- c) Encontram-se na inatividade, na reserva remunerada, quando pertencem à reserva da Corporação e percebem a remuneração do Estado e não sujeitos à prestação de serviço na ativa, mediante convocação.
- d) Encontram-se na atividade, na reserva remunerada, quando pertencem à reserva da Corporação e percebem a remuneração do Estado e não sujeitos à prestação de serviço na ativa, mediante convocação.

**57.** A Lei nº 2.0666/1976 Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Sergipe e dá outras providências. Referente ao Título III “DOS DIREITOS E DAS PRERROGATIVAS DOS POLICIAIS MILITARES” Capítulo I Seção II, assinale a alternativa incorreta:

- a) Em casos extraordinários, pode haver promoção em ressarcimento de preterição.
- b) Não haverá promoção de policial militar, por ocasião de sua transferência para a reserva remunerada ou por ocasião de sua reforma.
- c) A promoção é um ato administrativo e tem como finalidade básica a seleção dos policiais militares para o exercício de funções pertinentes ao grau hierárquico superior.

d) O planejamento da carreira dos oficiais e das praças é atribuição do Secretário de Segurança Pública do Estado de Sergipe.

**58.** Cabo Monteiro estava com algumas dúvidas sobre Lei Complementar nº 291, de 21 de agosto de 2017, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Sergipe, e as tirou com seu colega de farda, Tenente Ramos, que enumerou algumas nas assertivas abaixo:

- I- O Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Sergipe - CEDM/SE, tem por finalidade definir, especificar e classificar as transgressões disciplinares.
- II- Este Código aplica-se aos militares da ativa, aos militares da reserva remunerada e não remunerada, nos casos expressamente previstos.
- III- A hierarquia e a disciplina constituem a base institucional das Corporações Militares de Sergipe.
- IV- São princípios da CEDM/SE, entre outros, cumprir seus deveres de cidadão e respeitar apenas as autoridades militares.

Sargento Ramos enumerou corretamente:

- a) Somente as assertivas I e IV.
- b) Somente as assertivas I e III.
- c) Somente as assertivas II e IV.
- d) Somente as assertivas II e III

**59.** São transgressões consideradas graves, de acordo com o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Sergipe, Lei Complementar nº 291 de 21 de agosto de 2017:

- a) Executar atividades particulares, causando prejuízo ao serviço e censurar ato de superior hierárquico ou procurar desconsiderá-lo entre civis ou militares.
- b) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício e usar indevidamente prerrogativa inerente à sua condição de militar estadual.
- c) Ofender ou dispensar tratamento vexatório ou humilhante a qualquer pessoa e divulgar ou contribuir para a divulgação de assunto de caráter sigiloso de que tenha conhecimento em razão do cargo ou função.
- d) Chegar injustificadamente atrasado ao expediente ou a qualquer ato de serviço para o qual se achava escalado e deixar de observar norma específica de apresentação pessoal definida em regulamentação própria.

**60.** De acordo com a Lei Estadual nº 2.066, de 23/12/1976, analise os itens abaixo:

- I - Licença para tratamento da própria saúde e por motivo de doença em pessoa da família.
- II – Licença à gestante ou à adotante e paternidade,
- III - Licença especial e para tratar de interesse particular
- IV – Núpcias - 08 (oito) dias, Luto - 08 (oito) dias, Instalação - até 30 (trinta) dias e Trânsito - até 30 (trinta) dias.

São afastamentos concedidos corretamente pela PM SE:

- a) I, II e III
- b) II, III e IV
- c) I, III e IV
- d) I e IV

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---